

## COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 2/XIII/ 1.ª SL

Aos onze dias do mês de maio de 2016, reuniu, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, na sala seis do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação do regulamento da Comissão;
2. Apreciação de requerimentos a apresentar pelos Grupos Parlamentares;
3. Definição da metodologia dos trabalhos;
4. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta que o projeto de regulamento tinha sido distribuído aos senhores deputados e colocou-o à discussão. Salientou em especial a grelha de tempos para as audições que constitui o anexo ao regulamento.

Ficou assente que primeira ronda de perguntas cada Grupo Parlamentar dispõe de cinco minutos a serem usados discricionariamente (seguidos ou interpolados com as questões ao depoente). Numa segunda ronda, cada deputado dispõe de dois minutos e o depoente do tempo correspondente à soma do total de minutos utilizados pelos deputados.

Não havendo oposição ao projeto, o Regulamento da Comissão foi aprovado por unanimidade.

1

---

Informou em seguida os Senhores Deputados do ponto da situação relativamente à recolha de documentação. O acervo documental está a ser preparado pelos serviços de apoio à comissão, tendo sido distribuída uma primeira versão que está em permanente atualização e que se refere à recolha dos antecedentes parlamentares das iniciativas legislativas atinentes às matérias objeto da comissão.

Quanto aos dossiês de legislação comparada informou que os serviços de documentação (mais precisamente a DILP) estão a preparar a atualização de um dossiê relativo a imunidades e incompatibilidades dos Deputados, que deverá estar concluído na próxima sexta-feira, dia 13, sendo depois distribuído e que para o mesmo se pediu a junção da legislação brasileira, sugestão essa que partiu do Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

Referiu ainda que os serviços de apoio ao Plenário informaram a CERTEFP que na próxima sexta-feira baixarão à comissão novas iniciativas legislativas.

Deu depois conta que logo que as iniciativas baixem e estejam carregadas na página da AR se iniciará o processo de criação do fórum de debate e se dará início ao debate público das mesmas por 40 dias.

## COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 2/XIII/ 1.ª SL

Relativamente às audições informou que já foram apresentados todos os requerimentos e que em reunião de mesa e coordenadores não houve oposição aos mesmos. Ficou ainda assente que as mesmas se iniciarão pelas “entidades institucionais”:

- 1) Tribunal Constitucional;
- 2) Conselho Superior de Magistratura;
- 3) Conselho Superior do Ministério Público;
- 4) Conselho de Prevenção da Corrupção (Tribunal de Contas);
- 5) Provedor de Justiça;
- 6) Dr. Mota Amaral;
- 7) Dr. Jaime Gama;
- 8) Dr.ª Assunção Esteves.
- 9)

Serão pedidos pareceres por escrito à ANMP; ANAFRE; Várias Faculdades de Direito / Universidades, às Ordens Profissionais (18) e ao GRECO.

Quanto às Ordens Profissionais decidiu-se que a receção dos pareceres por escrito não exclui que venham a ser ouvidas na comissão eventual.

Ficou ainda assente que se iria proceder à distribuição das iniciativas legislativas pelas entidades a ouvir em primeiro lugar. O Senhor Presidente informou a esse propósito que por iniciativa de S. Ex.ª o PAR as mesmas têm sido enviadas aos órgãos legislativos e de governo das regiões autónomas para apreciação e emissão de parecer.

Pediu aos Grupos Parlamentares presentes que indicassem os seus representantes no Grupo de Trabalho a ser criado para analisar as propostas relativas ao Lobbying e que irá preparar a Conferência relativa ao mesmo tema e que são os seguintes: PSD – Deputado Duarte Marques; PS – (*a indicar oportunamente*); BE – Deputado Pedro Filipe Soares; CDS-PP – Deputada Vânia Dias da Silva e PCP – Deputado Jorge Machado

Em seguida usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) para dizer que se deveria pedir parecer por escrito ao Grupo da OSCE que trata estas matérias e que o GP do PS concordava com a sugestão que consta do Requerimento do CDS-PP de ouvir a CRESAP e as constantes do Requerimento do PCP de ouvir o CEJ e a PJ.

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) que se manifestou contra o facto de as universidades serem ouvidas apenas através das faculdades de Direito; pois não se devem excluir as faculdades de economia e as de ciências sociais (sociologia e ciência política). Na sua opinião devem ser contactadas

**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO  
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 2/XIII/ 1.ª SL**

para emitir opinião sobre as iniciativas legislativas em análise, o Instituto de Ciências Sociais, o ISEG, o ISCTE, a Universidade de Coimbra, a Universidade do Minho.

Em seguida usou da palavra o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) para dizer que o debate destas matérias deve ser aberto à sociedade. Não deve ser um debate entre políticos para políticos.

O Senhor Presidente reiterou a vontade de iniciar logo que possível o processo de consulta pública, informando que apenas se está à espera que os grupos parlamentares apresentem as suas iniciativas.


No final o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves sugeriu que no leque dos pareceres a pedir por escrito se incluisse o ISCSP.

A reunião foi encerrada às 18:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de maio de 2016.

3

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: aprovada a 17-01-2018**

11.05.2016

**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO  
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 2/XIII/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Clara Marques Mendes  
Duarte Marques  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Jorge Machado  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Luís Vilhena  
Margarida Balseiro Lopes  
Paulo Trigo Pereira  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Filipe Soares  
Sara Madruga da Costa  
Susana Amador  
Susana Lamas  
Vânia Dias da Silva  
Ana Passos  
Idália Salvador Serrão  
Pedro Pimpão

4

---

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Torres  
Paulo Rios de Oliveira  
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: